A paz ainda não está garantida

Uma coisa é certa: sem garantia de segurança, não há solução política.

Nuno Severiano Teixeira | *Público* | 15 de Outubro de 2025

Donald Trump apresentou um plano de paz para a Faixa de Gaza. O primeiro-ministro israelita aceitou-o a 29 de Setembro. O Hamas, a 3 de Outubro. Foi assinado na segunda-feira, em Sharm el-Sheikh, no Egipto, perante 20 líderes mundiais e o olhar tutelar do Presidente norte-americano. Abre uma janela de esperança no Médio Oriente, mas uma janela apenas entreaberta.

O plano, em 20 pontos, prevê uma implementação faseada em sucessivos tempos. A primeira fase, imediata, prevê a libertação de todos os reféns vivos e dos corpos dos mortos por parte do Hamas e a libertação dos prisioneiros palestinianos nas prisões israelitas, assim como a retirada gradual das Forças Armadas de Israel da Faixa de Gaza. Está em marcha e apesar da desconfiança mútua é, ainda, a mais fácil de implementar. Muito mais difícil será a implementação da segunda fase, que prevê a resolução das questões políticas e de segurança.

Primeiro, a questão da segurança: o acordo prevê o desarmamento total e completo do Hamas e a retirada total das forças militares de Israel. A segurança do território é cometida a uma Força Internacional de Estabilização, uma força de manutenção de paz, com a função de garantir, temporariamente, a segurança do território e formar as futuras forças policiais palestinianas. Ora, é logo aqui que começam as dúvidas e os obstáculos: qual o mandato da força de manutenção de paz e quais os países dispostos a contribuir? Mas, fundamentalmente, estará a ala militar do Hamas disposta a um desarmamento total quando se tem oposto frontalmente e afirmado que isso significaria uma rendição incondicional?

E depois de ter em seu poder todos os reféns, estará Israel disposto a uma retirada total, quando os ministros mais radicais do Governo de Netanyahu, de quem depende a sua sobrevivência política, se manifestam abertamente contra? Estará disposto a respeitar os termos do acordo e a não retomar as operações militares? Uma coisa é certa: sem garantia de segurança, não há solução política. Segundo, a questão política: o acordo prevê uma governação transitória com o afastamento total e completo do Hamas da administração do território, a criação de uma autoridade administrativa palestiniana composta por tecnocratas independentes e um possível envolvimento futuro de uma Autoridade Palestiniana reformada.

Tudo isso, sob tutela política de uma autoridade internacional — o Conselho da Paz— presidida por Trump e integrando Tony Blair.

A comunidade internacional e a ONU, em particular, têm experiências de sucesso de *statebuilding*. Basta lembrar o Kosovo e Timor. Mas, aqui, nunca se fala de uma

consulta democrática e nada é claro no desenho institucional. Mas, sobretudo, o Hamas, se não se opõe à ideia de uma administração tecnocrática, rejeita liminarmente a tutela internacional. E Israel aceitará abdicar do controle sobre Gaza em favor de uma autoridade internacional e, sobretudo, de uma futura solução de dois Estados?

As dúvidas são legítimas e a outra coisa certa é que sem estabilidade política não há reconstrução económica. E a destruição é de uma dimensão tal que estudos recentes apontam para uma soma necessária em torno dos 50 mil milhões de dólares. Como é óbvio, investidores e doadores, Estados e instituições internacionais necessitam de garantias, isto é, de segurança e estabilidade política. Estes tipos de acordos faseados e gradualistas não são novos no Médio Oriente. Pelo contrário, são a estratégia clássica desde o armistício que pôs fim à primeira guerra israelo-árabe em 1948, até aos acordos de Oslo entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina, em 1993. E o seu fracasso ou o seu sucesso não depende da sua estrutura faseada, mas sim das condições da sua implementação. E não tanto da construção da confiança entre as partes, que muitas vezes nunca chega, mas antes da capacidade de a comunidade internacional assegurar, no pós-conflito, as garantias de segurança, a boa governação e a ajuda económica à reconstrução. Mas, sobretudo, garantir mecanismos de monitorização internacional que obriguem, imparcialmente, ambas as partes a respeitar os termos do acordo: incentivos quando cumprem, sanções quando violam.

Estará Trump de boa-fé e disposto a garantir tais condições internacionais? Ou vai esquecer-se, rapidamente, passado o incentivo do Prémio Nobel? Não sei. Sei que o acordo é motivo de esperança. Mas também que há um longo caminho a fazer e que a paz ainda não está garantida.

https://www.publico.pt/2025/10/15/opiniao/opiniao/paz-nao-garantida-2150804